



## Convivência com a família será garantida a presos

Filhos poderão visitar periodicamente o pai ou a mãe em presídios, segundo projeto de iniciativa do Executivo aprovado ontem e que segue para sanção presidencial

O objetivo do projeto é garantir os direitos à preservação da convivência familiar já assegurados nas leis, mas que não são postos em prática, muitas vezes, devido às condições desfavoráveis dos presídios, explicou o

relator na CCJ, Humberto Costa. O texto também estabelece que a condenação criminal não implica automaticamente a destituição do poder familiar, a não ser em caso de crime doloso contra o próprio filho e punível com reclusão. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Para Braga (E), números apresentados por Renan (D) mostram esforço da Casa

### Gasto com diárias e passagens de senadores caiu 50%, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, rebateu reportagem de *O Globo* que apontou aumento nos gastos do Senado com

diárias e passagens aéreas de senadores, entre 2011 e 2013. Na verdade, segundo Renan, houve economia de 50% no período. **3**

Pedro Franco/Agência Senado



Aloysio conversa com o relator, Humberto, durante sessão em que os senadores também debateram a maioria penal



Marcos Oliveira/Agência Senado

Alexandre Tombini cumprimenta Lindbergh Farias, presidente da CAE

### Alexandre Tombini vê inflação resistente e prega vigilância

Em audiência ontem, o presidente do Banco Central disse que, no momento atual, a política monetária

deve manter-se especialmente vigilante para diminuir riscos de níveis elevados de inflação. **5**

**Mulher sofre desvantagem no mercado de trabalho** **10**

**Audiência interativa discute lei de resíduos sólidos** **11**

**Obstrução adia votação de veto à criação de municípios** **2**

**Projeto destina recursos do pré-sal ao cuidado com a infância** **7**

**Para cientistas, burocracia no Brasil inviabiliza pesquisa clínica** **6**

**Livres de amarras, as mulheres vão mais longe**  
Março: Mês da Mulher

Para que haja igualdade de gênero, é preciso que mulheres e homens recebam o mesmo tratamento pela sociedade. Entenda como a Procuradoria Especial da Mulher atua para que as cidadãs brasileiras tenham cada vez mais liberdade e autonomia, acessando [www.senado.leg.br/procuradoria](http://www.senado.leg.br/procuradoria).

preconceito  
violência  
essência

SENADO FEDERAL

# Votação de veto à criação de municípios fica para 15 de abril

Tentativa de construção de uma proposta alternativa levou à obstrução da sessão do Congresso pelos partidos do Senado, o que gerou críticas de deputados que preferiam uma definição ontem mesmo

DEVIDO À OBSTRUÇÃO dos partidos no Senado, a sessão do Congresso de ontem foi adiada para 15 de abril. O principal motivo da obstrução foi a polêmica sobre as regras para criação de municípios (PLS 98/2002 — Complementar). O projeto deveria ter sido votado em fevereiro, mas os partidos estão costurando uma proposta alternativa.

Vários deputados lastimaram a decisão dos senadores de adiar a votação. Segundo eles, o Senado se curva constantemente aos desejos da presidente Dilma Rousseff. Os deputados criticaram o fato de os senadores terem feito o documento para obstrução antes de a sessão ter sido iniciada, o que impossibilitou um debate.

O senador Magno Malta (PR-ES) também manifestou descontentamento com a atitude dos senadores de não comparecem à sessão. Ele afirmou que não pretende participar de acordo decidido pela presidente.

— Esse abacaxi não é nosso; é da presidente Dilma. O meu partido é da base do governo, mas eu não estou disposto à subserviência — disse Malta.

O autor do projeto vetado, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), disse que ele mesmo vai apresentar um novo texto, para atender demandas do governo e dos congressistas. Essa proposta alternativa deve ser votada no Senado e na Câmara em regime de urgência.

— Estou empenhado para que a gente chegue a um bom acordo, em que não haja vencedor nem vencidos. O que importa para o Brasil é uma



Autor do projeto, Mozarildo Cavalcanti diz que vai apresentar nova proposta

legislação que tenha marcos regulatórios firmes — disse.

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), e o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), chegaram a sugerir o cancelamento da reunião. Mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que, formalmente, é necessário que os partidos façam obstrução para levar ao adiamento.

## Acúmulo

Aloysio lembrou que no mês passado não houve sessão para exame de vetos justamente por falta de entendimento quanto ao projeto que trata da criação de municípios.

— Esse veto deveria ter sido votado há três semanas e só agora, na hora da votação, o governo diz que tem um projeto novo. Essa é a técnica do governo Dilma. O problema é que vão se acumulando os vetos. Daqui a pouco já estamos outra vez com 3 mil vetos para serem votados — disse Aloysio, referindo-se ao número acumulado antes da adoção das novas regras para a análise

de vetos, no ano passado.

Inicialmente, o Executivo sugeriu que as regras se aplicassem apenas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com critérios mais rígidos para Sul e Sudeste. Mozarildo informou que ainda há divergência em relação à imposição de número mínimo de habitantes. O governo quer limite fixo por região. No Norte, por exemplo, seriam 5 mil pessoas. Mozarildo acha mais adequado que o limite seja um percentual relacionado à população de cada região.

— Por mais que a Região Norte duplique a população, vai ficar em 5 mil habitantes — disse Mozarildo.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), ressaltou que, além da questão da criação de municípios, há impasse em relação à regulamentação da profissão de motorista de ambulância (PLC 105/2012). Um acordo definiu que essa regulamentação se dará por meio de uma medida provisória. Segundo Eunício, o assunto deve ser incluído na MP 632/2013, que já tramita no Congresso.

## Movimentos defendem mudanças na MP 636

Representantes do movimento social agrário defenderam mudanças no texto da medida que altera as regras para a quitação da dívida da casa própria pelos assentados.

O debate ocorreu na comissão que analisa a MP 636/2013. A proposição zera dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos entre 1985 e 2013 a assentados, concede linha especial de crédito para as famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária e dá condições especiais de renegociação de saldos remanescentes.

Na audiência, uma das alterações propostas por Cléia da Mota Porto, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi o fim da exigência da transferência



Wellington Dias pretende apresentar e votar o relatório no próximo dia 26

da titularidade da terra como condição para o direito à propriedade da casa construída.

— Ao exigir a titularidade, abre-se possibilidade para a venda dos lotes e a retomada da concentração de terras — disse.

A Contag defendeu ainda a concessão de benefícios aos assentados adimplentes e a extensão dos benefícios da

MP aos assentados inscritos na dívida ativa da União.

Alexandre Conceição, da Via Campesina, quer que a MP estabeleça uma nova linha de crédito voltada a quem produz alimentos sem agrotóxicos.

O revisor-relator da MP, deputado Padre João (PT-MG), quer estender o perdão das dívidas contraídas em razão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para 2011. A MP só beneficia operações contratadas entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004.

O relator, senador Wellington Dias (PT-PI), afirmou que está sensível às emendas sugeridas. Disse ainda que pretende apresentar e votar o relatório na próxima quarta-feira.

(Da Agência Câmara)

## A Voz do Brasil é contraponto à grande mídia, afirma Mesquita

“É um programa democrático, que é obrigado a divulgar de maneira igual o que a oposição e o governo estão dizendo. Ali está a informação correta.” A afirmação é do representante da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social do Congresso, Fernando Cesar Mesquita, ao defender a transmissão do programa *A Voz do Brasil* em rede nacional de rádio.

O debate sobre a flexibilização nas regras do programa dividiu os conselheiros anteontem. Ele disse que o programa é um contraponto às informações veiculadas por grande parte da imprensa, que “desrespeita as instituições”, inclusive o Congresso.

— É uma coisa perniciosa. Não sou a favor de censura,



Fernando Cesar Mesquita é contra mudanças no programa de rádio

mas ninguém respeita o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Para Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom), uma mudança nas regras prejudicaria a população do interior do país.

— Não falo de quem está no Rio de Janeiro, ouvindo notícias de futebol ou violência, mas no interior — disse.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Acordos internacionais

14h O primeiro item da pauta da sessão deliberativa é a proposta que acelera o exame de acordos internacionais.

### PRESIDÊNCIA Mobilização municipal

11h Renan Calheiros participa de mobilização de municípios alagoanos; às 12h, lança a campanha Mais Mulher na Política; às 16h, recebe o presidente do Conselho Federal da Alemanha, Stephan Weil; logo após, preside a ordem do dia.

### CI Diretores da Antaq

7h30 Comissão analisa as indicações de Mário Povia e Fernando Costa Fonseca para o cargo de diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

### CMARS Resíduos sólidos

8h30 O secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Ney Maranhão, debate o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

### CAS Adicional por tempo de serviço

9h Comissão pode votar projeto que altera a CLT para incluir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebem até dois salários mínimos.

### CCJ Herança de quiosques

10h Comissão analisa projeto sobre o direito de herança para utilização de área pública por quiosque, trailer, barraca de feira e banca de jornais e revistas.

### CDH Passe livre para doentes

11h Na pauta, passe livre em transporte interestadual para pessoas com doença grave e veto à prisão de idosos por não pagamento de pensão alimentícia.

### CONGRESSO Mulheres na política

12h Sessão solene destinada ao lançamento da campanha Mais Mulher na Política, promovida em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral, no Plenário.

### EDUCAÇÃO Financiamento

14h A comissão temporária criada para debater o financiamento da educação realiza reunião de trabalho.

### CONSUMIDOR Novo código

14h Votação do relatório final que atualiza o Código de Defesa do Consumidor.

### CCAI Eleição do presidente

15h A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência reúne-se para eleger o presidente do colegiado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente do Senado diz que despesas com viagens caíram 50% entre 2011 e 2013 e que o aumento em diárias apontado pelo jornal *O Globo* não reflete a economia da Casa

# Renan aponta redução de gastos do Senado com passagens e diárias

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou em Plenário que os gastos com passagens aéreas e diárias de senadores sofreram uma queda de 50% entre 2011 e 2013. Ao comentar matéria do jornal *O Globo*, que indicou um aumento de 148% no pagamento de diárias no mesmo período, Renan disse que “a reportagem não reflete a economia que os esforços da Mesa do Senado vêm garantindo”.

— Os números citados na referida reportagem não comprometem em absolutamente nada a economia que o Senado está implantando na área administrativa. O que vem ocorrendo, desde a posse desta nova Mesa, é exatamente o objetivo de buscar um Senado mais enxuto, mais racional e mais eficiente — disse.

De acordo com o senador, a Casa gastou R\$ 8,4 milhões com passagens e diárias em 2011 e R\$ 4 milhões em 2013. Renan afirmou que, como uma das principais instituições da República, o Senado realiza missões oficiais rotineiramente, todas aprovadas em Plenário e com as devidas prestações de contas. Em 2013, segundo ele, o Senado realizou cortes que garantiram uma economia de R\$ 275 milhões, que foram de-



Segundo Renan Calheiros, a Casa gastou R\$ 8,4 milhões com passagens e diárias em 2011 e R\$ 4 milhões em 2013

volvidos ao Tesouro Nacional. — Isso representa quase 100% da meta de economia projetada para todo o biênio 2013/2014 pelo Senado Federal. Como lembram todos, assumimos o compromisso de economizar R\$ 300 milhões no biênio 2013-2014. Já economizamos 275 milhões só em 2013 — acrescentou.

Renan também informou que todos os contratos do Senado estão sendo reavaliados com o objetivo de afastar a “gordura e o gigantismo” nas contas. Para o presidente, a Comissão Diretora está melhorando significativamente a qualidade do gasto público.

— Nenhum outro órgão público federal reverteu recursos decorrentes de economia para

suplementar o orçamento social da União. E isso o Senado fez. Aceitou e materializou o desafio com o qual se comprometeu — assinalou.

Segundo Renan, as despesas somente com passagens aéreas em 2012 foram de R\$ 3,6 milhões, caindo para R\$ 2,8 milhões em 2013, uma diminuição de 22% nos gastos.

## Contenção

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que os “números inequívocos” apresentados demonstram o esforço da Casa na contenção dos gastos e a destinação transparente desses recursos para políticas sociais do governo. Segundo Braga, os preços das passagens aéreas

subiram de maneira exagerada nos últimos meses de 2013.

— É de louvar o esforço que todos estamos fazendo no Senado, mas de forma destacada a Mesa Diretora, para que haja austeridade, transparência e controle com o gasto público.

Valdir Raupp (PMDB-RO), José Pimentel (PT-CE) e o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), também elogiaram a economia de recursos públicos e o enxugamento da máquina.

— Se nós observarmos, a tradição era de no final do ano pedir suplementação orçamentária. Na atual gestão e com a Mesa desta Casa nós passamos a ter saldo positivo e devolução, inclusive destinando para as áreas sociais — disse Pimentel.

## Senador refuta acusação de *O Globo* de excesso de viagens

Jorge Viana (PT-AC) negou ontem reportagem do jornal *O Globo* segundo a qual ele viaja a Nova York com frequência, aproveitando a Assembleia Geral da ONU.

— Sabem quantas viagens fiz a Nova York? Só esta [em 2013]. E fui acompanhando a presidenta Dilma. A matéria deixa entender que quando começou a assembleia eu vim embora. Mas eu não fui para a assembleia, fui acompanhando a ministra Izabella [Teixeira, do Meio Ambiente], participei de três eventos com ela. E participei com a presidenta Dilma de dois eventos — explicou.

O senador ressaltou sua preocupação em economizar nas viagens entre Brasília e Rio Branco (AC).

— Compro passagem antecipada para economizar. Quando tem viagem internacional, compro com um mês de antecedência e pago menos da metade. Sou um dos que menos gastam a verba de gabinete — defendeu-se.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, cumprimentou Viana e disse ser testemunha de que o colega, primeiro-vice-presidente do Senado, “tem trabalhado duro para que nós tenhamos a materialização do compromisso de eficiência, de economia, de transparência”.

# Presidente defende atualização da Lei Geral dos Orçamentos

A Lei Geral dos Orçamentos (Lei 4.320/1964) precisa ser atualizada, na opinião de Renan Calheiros. Para o presidente do Senado, a lei é um “legado dos últimos dias do governo João Goulart”.

Renan tratou do assunto em discurso na abertura de seminário sobre os 50 anos da Lei Geral dos Orçamen-

tos, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, em Brasília.

— Essa lei mostrou-se extremamente avançada para sua época e trouxe consigo uma série de conceitos que hoje manejamos com habitualidade — declarou.

De acordo com o senador, a lei carece de revisão, por ter

mais de cinco décadas. Também é necessário considerar a Constituição de 1988, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a evolução tecnológica que permitiu a gestão muito mais acurada e eficiente do orçamento público, considerou.

Renan explicou que mudanças recentes na legislação geraram impacto na Lei Geral

dos Orçamentos e citou como exemplo a que foi aprovada em 2013 instituindo o orçamento impositivo, “na qual determinadas despesas decididas pelo Congresso deverão ser necessariamente executadas”.

O senador afirmou que, para aperfeiçoar a LGO, a aprovação do PLS 229/2009 — Complementar é “um importante

passo a ser dado”. Já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer substitutivo de Francisco Dornelles (PP-RJ), o projeto está pronto para ser apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de ir ao Plenário.

(Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Empréstimo de US\$ 8,5 mi ao Paraná está autorizado

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, projeto de autoria da Presidência da República que autoriza o Paraná a contrair empréstimo de US\$ 8,5 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados para financiar parcialmente o Programa de Gestão Fiscal (Profisco) do estado.

Mais cedo, durante a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator da matéria, disse que o empréstimo foi considerado viável para receber garantia da União porque vai possibilitar a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial do Paraná. Aloysio observou que o empréstimo foi considerado pela Secretaria do Tesouro Nacional “elegível para recebimento de garantia da União”.

O projeto seguiu para promulgação.

## Comissão vota MP de ajuda a áreas atingidas por desastres

Será votada hoje, em comissão mista, a Medida Provisória (MP) 631/2013, que facilita a transferência de recursos da União para áreas atingidas por desastres. O texto, editado pela presidente Dilma Rousseff no fim do ano passado, dispensa a apresentação de projeto para a recuperação de locais em risco ou atingidos por catástrofes.

De acordo com a medida provisória, a União poderá repassar o dinheiro por meio de depósito em conta corrente específica para esse fim ou transferir verbas do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) a fundos constituídos pelos estados, Distrito Federal e municípios.

A comissão mista da MP 631/2013 é presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES) e tem a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) como relatora-revisora. A MP tem validade até 3 de abril, mas pode ser prorrogada por mais 60 dias.

## Viana pede recursos federais para vítimas de enchentes



Após informar que o Rio Acre baixou 4 metros nos últimos dias, o senador Jorge Viana (PT-AC) advertiu que o estado continua em situação precária e que ainda há muitas famílias desabrigadas. Ele pediu mais recursos ao governo federal e providências para que o Exército, a Polícia Federal e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) disponibilizem equipamentos que possam transportar caminhões carregados de mercadorias pelos trechos da BR-364 que estão alagados. Viana também pediu ao BNDES que crie uma linha de financiamento para auxiliar área produtiva do Acre.

— A situação requer que imediatamente haja programa de socorro financeiro aos produtores, às empresas, ao comércio do Acre — afirmou.

# Acordo permite que PEC da Zona Franca de Manaus seja votada hoje

Aprovação da prorrogação por 50 anos dos benefícios para a região deve estar vinculada à extensão por 10 anos da Lei de Informática

DURANTE TODO O dia de ontem, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) acompanhou as negociações que resultaram em acordo com líderes partidários e o governo para que a Câmara vote hoje, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 506/2010, que prorroga por 50 anos os benefícios da Zona Franca de Manaus.

— Eu sempre disse que o acordo aconteceria. Vamos votar o primeiro turno, com requerimento de preferência para votar o texto original da Presidência da República, e vamos construir um novo acordo para a prorrogação por dez anos da Lei de Informática — disse Braga.

A votação foi acertada com os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Além de Braga, participaram o governador Omar Aziz, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, e demais membros da bancada do Amazonas no Congresso.

Ideli afirmou que o governo considera razoável negociar a prorrogação por mais dez anos da Lei de Informática. A prorrogação foi motivo de



A Zona Franca tem combatido desigualdades regionais, segundo senadores

obstrução na votação da PEC da Zona Franca pela Câmara, em outubro. A bancada de São Paulo exigia que fosse aprovada emenda ao texto original da PEC prorrogando por mais 50 anos os benefícios para a informática.

— O governo vê o projeto sobre a Lei de Informática com muitos bons olhos. Primeiro porque trata a prorrogação da lei fora da Constituição. É lei e continuará sendo lei. E baixou muito. De uma prorrogação de 50 anos para 10 anos é um patamar razoável para iniciar as negociações — disse a ministra.

Para negociar a PEC da

Zona Franca, Braga, os demais membros da bancada do Amazonas, o governador e o prefeito reuniram-se ontem na Câmara com os líderes do DEM, Mendonça Filho (PE); do PSDB, Antonio Imbassahy (BA); do PR, Bernardo Santana (MG); e do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Em todas as conversas, a bancada do Amazonas ouviu que a PEC da Zona Franca será votada se houver compromisso de votar também a prorrogação da Lei de Informática.

## Campanha on-line

Na internet, continua campanha liderada pelo senador

Eduardo Braga para que os amazonenses enviem e-mails a todos os deputados federais pedindo o voto favorável à PEC da Zona Franca de Manaus. Até as 18h30 de ontem, quase 4,5 milhões de mensagens eletrônicas já haviam sido enviadas aos parlamentares. O link para envio de e-mails é <http://zfmmais50.senado-reduardobraga.com.br>.

## Discurso

Em discurso no Plenário do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu o apoio dos senadores para a proposta de prorrogação da vigência da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos. Ela ressaltou o reconhecimento internacional ao papel da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento sustentável da região, mas advertiu aos parlamentares que esse modelo econômico precisa de mais tempo para produzir efeitos.

— Além de um grande projeto social de combate às desigualdades regionais, a Zona Franca de Manaus é hoje um dos instrumentos mais poderosos que tem o país na defesa da Floresta Amazônica — afirmou a senadora.

## Relatora altera proposta sobre licitação simples

A comissão mista responsável pela Medida Provisória (MP) 630/2013, que amplia o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), adiou para hoje, às 14h30, a análise do substitutivo da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O texto estende o RDC para

todas as licitações e contratos da União, estados e municípios. O regime prevê prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública. A versão original previa a ampliação apenas para obras do sistema prisional.

Depois de questionamentos de Francisco Dornelles (PP-RJ) e Romero Jucá (PMDB-RR), a relatora optou por escrever uma nova versão. Com isso, o presidente do colegiado, deputado Eliseu Padilha (PMDB-SP), suspendeu o debate.

Para Dornelles, o seguro-garantia para execução das obras deve ser obrigatório, e não facultativo. Com ele, as

empresas devem garantir até 30% do valor do contrato para retomar a obra quando a administração deixar de pagá-las.

A nova regra a ser apresentada pela relatora deve prever um valor de seguro entre 10% a 30%, além de fixar prazo de 180 meses para o Executivo regulamentar a garantia.

— Se vamos encarar como obrigatoriedade, vamos colocar um prazo para o Executivo regulamentar — afirmou.

Por sua vez, Jucá disse que a exclusão da referência técnica para escolha da empresa pode comprometer o andamento de obras mais complexas.

Acho temeroso retirar a técnica de todo o processo. Para construir uma usina hidrelétrica, usina nuclear, submarino

nuclear, a técnica teria de ser o critério mais efetivo.

O texto apresentado na semana passada mantinha o fim da contratação por técnica e preço como pré-requisito da contratação integrada, para permitir que todas as etapas da licitação (projetos básico, executivo e execução) fossem feitas pela mesma companhia.

Pela MP, a obra precisa obedecer a, pelo menos, uma das seguintes condições para ser feita de forma integrada: inovação tecnológica ou técnica, possibilidade de execução com diferentes metodologias ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

A MP perde a validade em 3 de abril. (Da Agência Câmara)



Relatora da medida, Gleisi Hoffmann deve incorporar sugestões ao texto

## Inácio: reforma urbana é urgente

Inácio Arruda (PCdoB-CE) salientou a importância do ciclo de reuniões da Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, que discutirá em 11 capitais os desafios da reforma urbana. Para ele, esse é um debate urgente diante da explosão demográfica, que atinge mais fortemente

as regiões metropolitanas, e fundamental para orientar as discussões durante as campanhas eleitorais deste ano.

— É preciso ouvir todas as regiões metropolitanas, ouvir a população, discutir com ela, debater intensamente para poder alcançar as proposições que permitam ajustar a legis-

lação que está em vigor. Nós temos a Constituição, nós temos o Estatuto da Cidade, nós temos uma série de iniciativas que foram discutidas e votadas no Congresso Nacional que, para pôr em prática, precisam de um amplo debate com a sociedade — disse ele ontem no Plenário.



Inácio Arruda destaca importância do ciclo de debates em 11 capitais

## Normas para processo fiscal podem ser examinadas amanhã

O Senado deve votar amanhã o projeto que simplifica as normas do processo administrativo fiscal. O PLS 222/2013 unifica as regras para processos abertos quando o contribuinte contesta a cobrança de imposto pelos órgãos tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A contestação por via administrativa é considerada uma alternativa mais rápida e mais barata para a solução de conflitos, sem a necessidade de recursos ao Judiciário. No entanto, os contribuintes que atualmente buscam essa via enfrentam um emaranhado de normas.

A urgência para que o projeto seja examinado no Plenário do Senado foi aprovada ontem. O autor da proposta, Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que a simplificação das regras é uma reivindicação dos empresários.

— Há o compromisso com todo o empresariado nacional para que nós tenhamos uma esfera que possa decidir lides tributárias quer da União, quer de estados ou municípios — afirmou o senador.

## Análise de relatório sobre crédito ao BNDES é adiada

Foi adiada para amanhã a votação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre a Medida Provisória (MP) 628/2013, que autoriza a União a conceder R\$ 24 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos devem financiar projetos de investimento de longo prazo em infraestrutura e em outros segmentos considerados estratégicos para o país.

A MP também inclui produtos e serviços no Reintegra, programa do governo federal de incentivo às exportações em que parte dos impostos da venda de produtos industrializados a outros países é devolvida às empresas.

Em seu parecer, Ferraço acrescentou novos setores ao programa, como serviços auxiliares de transporte aéreo, produtos de couro curtido de ovinos e caprinos, castanha de caju, sucos e extratos vegetais, melões e melancias. A comissão mista se reunirá às 10h no Senado.

(Da Agência Câmara)

# Tombini admite que inflação resiste, mas promete vigilância contra riscos

Em audiência rotineira, presidente do Banco Central explicou aos senadores que efeitos da política monetária sobre a inflação ainda virão

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, reconheceu que a alta variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos 12 meses indica que a inflação “ainda mostra resistência”.

Na avaliação do presidente do BC, pressões localizadas, como a dos alimentos *in natura*, constituem “choque temporário” que tende a reverter-se nos próximos meses.

Para Tombini, em momentos como esse, a política monetária deve manter-se “especialmente vigilante”, a fim de minimizar “riscos de níveis elevados de inflação”.

Em resposta à senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o presidente do BC disse que “não há nada que nos condene a ter inflação acima da meta de 4,5%”, fixada por resolução da instituição em 2005 e mantida inalterada desde então.

Para segurar a alta dos preços, o Banco Central iniciou um aperto monetário em abril do ano passado, resultando na



Alexandre Tombini (E) participa de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos ao lado de Lindbergh e Luiz Henrique

elevação de 3,5 pontos percentuais na meta da taxa Selic, que passou de 7,25% para 10,75%. A variação acumulada em 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 6,7% para 5,68%.

Os efeitos de ações de política monetária sobre a inflação, segundo Tombini, são cumulativos e se manifestam com defasagens. Parte significativa da resposta dos preços ao atual ciclo de apertos ainda está por se materializar, acrescentou.

Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Cristovam

Buarque (PDT-DF) questionaram o presidente do Banco Central sobre uma suposta vulnerabilidade da economia apontada em avaliação recente do Federal Reserve (Fed), o banco central americano.

Tombini disse que esse tipo de avaliação contém fragilidades e nem sempre é levado em conta pelos investidores internacionais. Ele considerou uma “perda de tempo” elaborar uma resposta ao Fed, que classificou a economia brasileira como a segunda mais vulnerável de uma lista de 15 países emergentes, à frente apenas da Turquia.

Para o presidente do BC, o Brasil “tem transitado bem” nesse período de normalização das condições monetárias. Com a redução do ritmo de afrouxamento monetário em maio de 2013, nos Estados Unidos, após vários anos de política expansionista, houve consequências para os países em desenvolvimento.

— O aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais que observamos

desde maio de 2013 é reflexo desse processo — acrescentou.

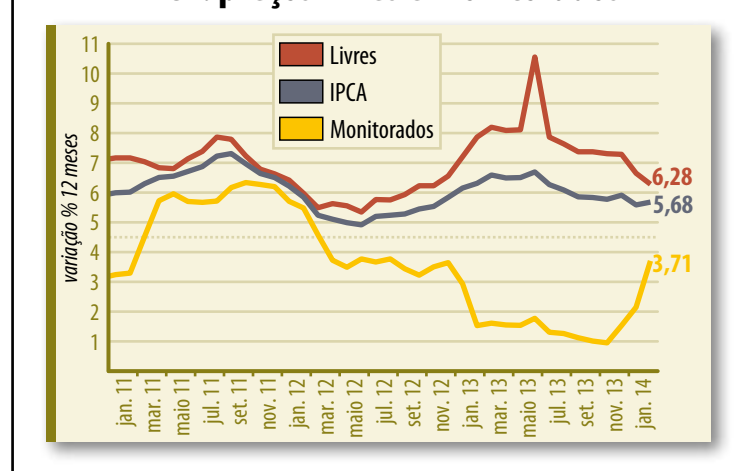
De acordo com Tombini, esse processo e suas consequências não devem ser confundidos com vulnerabilidade. O Brasil, acrescentou, possui reservas internacionais de US\$ 377 bilhões, é credor externo líquido e tem endividamento externo baixo.

## Operação da Caixa

Questionado pelo senador José Agripino (DEM-RN), o convidado evitou detalhar as providências adotadas diante da denúncia da revista *IstoÉ*, com base em auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), sobre o encerramento de milhares de contas de poupança sem movimento em 2012, na Caixa Econômica Federal.

O procedimento teria resultado num acréscimo de R\$ 420 milhões ao lucro do banco naquele ano. Tombini disse que houve uma “realocação contábil” e que o BC determinou a imediata cessação dessa prática.

## IPCA: preços livres e monitorados



Fonte: Banco Central

## Convite a Edison Lobão será votado na próxima semana



Foi adiada para a semana que vem a votação de requerimento de convocação do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (foto), para explicar a situação do sistema elétrico na Comissão de Meio Ambiente. O autor do requerimento, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), atendeu pedido do líder do PMDB, Valdir Raupp (RO). Também acatou pedido do líder do PT, Humberto Costa (PE), e transformou a convocação em convite.

— Quero, no entanto, o compromisso de que virá o ministro e não outra autoridade — frisou Randolfe.

## Brasileiro pagará erros do governo no setor elétrico, diz Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que em 2015 todos os brasileiros vão pagar mais pela energia, como já anunciou o Ministério da Fazenda. O senador disse que esse será o preço pelos erros do governo na condução do setor elétrico.

Aloysio lembrou que, no ano passado, o governo conseguiu aprovar no Congresso medida provisória reduzindo o valor das contas, mas não negociou com todos os segmentos. Como o novo valor só deve sair no ano que vem, após as eleições, Aloysio acusou o governo de fraude eleitoral:

— Vote primeiro e depois pague. É um ardil, um artifício para criar uma ilusão.

## Alvaro Dias acusa o Executivo de adotar medidas populistas



O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo está preocupado com o calendário político e, por isso, adota medidas populistas, como a manutenção artificial das tarifas de energia elétrica e o preço da gasolina e do diesel.

Além disso, de acordo com estudo do Centro Brasileiro de Infraestrutura, o governo vai ter de desembolsar, neste ano, R\$ 63 bilhões para cobrir o prejuízo causado pelos preços artificialmente baixos, valor maior que os gastos com o Programa Bolsa Família, disse Alvaro Dias.

## Humberto rebate críticas de Campos ao governo federal

O senador Humberto Costa (PT-PE) rebateu críticas feitas ao governo federal pelo governador do seu estado, Eduardo Campos, candidato do PSB às eleições presidenciais. Campos disse que a composição de cargos no Executivo é feita como se o governo estivesse distribuindo laranjas ou bananas. Humberto, por sua vez, lembrou que até pouco tempo o governo de Pernambuco tinha 29 secretarias, e somente agora decidiu reduzir o número para 23.

Além disso, segundo Humberto, na gestão de Eduardo Campos o número de cargos comissionados chegou a 3,5 mil, o maior de uma administração estadual.

## Senadores ouvem autoridades sobre obras em aeroportos

A menos de 90 dias da Copa de 2014, a situação das obras em aeroportos preocupa senadores. Para tratar do assunto, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouvirá hoje, às 9h, o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wellington Moreira Franco, e o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Antonio Gustavo Matos do Vale.

Segundo a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), autora do pedido para a audiência, um dos objetivos é obter informações sobre a situação atual das obras. Em fevereiro, ao defender a aprovação do requerimento, a senadora apontou diferença no ritmo das obras públicas feitas pela Infraero, como as do aeroporto de Salvador, e das obras em aeroportos concedidos à iniciativa privada, como o de Brasília.

— O que está havendo? Uma incapacidade da Infraero de atender os nossos interesses reais? Ou é uma sabotagem de alguns para comprovar a tese de que os aeroportos brasileiros, para serem lucrativos, devem ser todos privatizados ou colocados para concessão privada? — questionou Lídice.



Lídice diz que obras do aeroporto de Salvador estão a passo de tartaruga

## Mário Couto protesta contra falta de recursos para a Transamazônica



O senador Mário Couto (PSDB-PA) criticou o governo pelos gastos feitos com as obras da Copa do Mundo, enquanto nada foi investido para melhorar a Rodovia Transamazônica. No trecho que corta o Pará, disse o senador, a rodovia está intransitável e prejudica a vida de 1 milhão de pessoas.

Couto lembrou que, em 2013, o governo arrecadou R\$ 1,7 trilhão, dos quais a Presidência da República gastou R\$ 1,7 bilhão somente com propaganda.

— A presidente empresta dinheiro para Cuba, enquanto na Transamazônica estão todos atolados — protestou.

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa uma licença para estudo em humanos sai em 60 dias, no Brasil leva um ano, o que faz a indústria desistir, afirmaram especialistas

# Burocracia no Brasil chega a impedir pesquisa clínica

O BRASIL ESTÁ perdendo oportunidades em pesquisa clínica de novos medicamentos por conta de um sistema burocrático que engessa a autorização para estudos, advertiram pesquisadores e representantes de organizações sociais em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Entre os expositores, o presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, Antônio Britto, afirmou que, apenas no ano passado, foram inviabilizados 112 estudos em parceria com centros de pesquisa no exterior.

— Quando o estudo não vem para o Brasil, a indústria desenvolve em outro lugar e um dia o medicamento vai chegar aqui. Quem perde é o paciente, que dele dependeria, e o pesquisador, para seu aperfeiçoamento — observou.

## Demora

Britto afirmou que os embaraços decorrem de um sistema de licenciamento sem similar no mundo, composto de três a quatro instâncias, que, na melhor hipótese, demora um ano, o dobro da média mundial. No Brasil, afirmou Britto, os pedidos de testes de medicamentos em humanos passam pelos comitês de ética em pesquisa (CEPs) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculados ao Conselho Nacional de Saúde, e também pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ainda de acordo com Britto,



Especialistas e senadores da CAS discutem demora das licenças para pesquisa

nos Estados Unidos os centros de pesquisa conseguem licenças em até 60 dias e, na Europa, em até 68 dias, enquanto na Coreia do Sul, país que vem se destacando nesse campo dos estudos, as autorizações saem em 30 dias. Segundo ele, não adianta afirmar que o sistema nacional vem ganhando agilidade, mas sim reconhecer que ainda perde para a grande maioria dos países.

— A disputa é mundial e, portanto, é insuficiente avançar um pouco se alguém lá fora continua andando mais — opinou.

## Ética

Britto refutou a ideia de que as exigências éticas no caso de pesquisas envolvendo testes em humanos justificam a burocracia. Segundo ele, é perfeitamente possível conciliar ética, rapidez e eficácia. A seu ver, a verdadeira questão seria a “visão conservadora” sobre pesquisa que prevalece no Conselho Nacional de Saúde.

— Tem que se colocar claramente na cabeça do respeitá-

vel conselho que não é pecado falar em pesquisa — enfatizou.

## Unanimidade

Jaderson Sócrates Lima, da Associação Médica Brasileira (AMB), destacou que o tema não é de interesse exclusivo da indústria farmacêutica, já que a área estatal também financia e realiza pesquisas nos próprios centros. Ele defendeu mudanças no atual sistema de regulação e a participação de todos os segmentos no debate para a definição do novo modelo.

Fábio Franke, coordenador do Centro de Alta Complexidade em Oncologia do Hospital de Caridade de Ijuí (RS), Luciana Holtz, que preside o Instituto Oncoguia, e Flavio Cárcano, gerente da área de pesquisa clínica do Hospital do Câncer de Barretos, manifestaram as mesmas opiniões, lamentando a impossibilidade de beneficiar os pacientes em razão dos entraves que impedem os estudos.

— A gente não pede menos ética, mas sim eficiência — cobrou Flavio Cárcano.

## Comissão sugere grupo de trabalho para marco regulatório

A burocracia para autorizar pesquisas clínicas de medicamentos no Brasil poderá ser enfrentada com a formação de um grupo de trabalho encarregado de apresentar uma proposta de marco regulatório em 60 dias. O grupo, sugerido pela CAS, teria representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa e de institutos de pesquisa.

Para Ana Amélia (PP-RS), que requereu o debate, é preciso agilizar a liberação de pesquisas sem colocar em risco questões éticas e os direitos dos pacientes. O diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, considerou possível encurtar o prazo para 60 dias ainda neste ano.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde persegue a meta de “zerar a fila” de processos de estudos clínicos de medicamentos acumulados.

No início de março, o volume chegava a 388. Segundo adiantou o coordenador da Conep, Jorge Venâncio, a meta é alcançar a marca de 130 protocolos ao mês.

Venâncio questionou o termo de consentimento assinado pelo paciente que se dispõe a atuar como cobaia. Ele criticou a recorrente interrupção do tratamento ao fim da pesquisa.

— O tratamento pós-estudo precisa ser assegurado.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Augusto Gadelha, defendeu uma coligação entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade para construir um marco regulatório. Ele denunciou o abandono de estudos sobre 16 drogas para tratamento de câncer pelo fato de não terem valor econômico.

## Ana Amélia informa resultado da audiência ao Plenário

Depois da audiência, a ideia de criar um grupo de trabalho foi informada ao Plenário em discurso de Ana Amélia (PP-RS). A senadora lamentou que os pesquisadores enfrentem problemas de burocracia. Só no ano passado, disse, 112 estudos que poderiam beneficiar pacientes com câncer e com aids deixaram de ser feitos no país por limitações burocráticas.

— Enquanto um projeto é avaliado pelas autoridades



Pedro Franco/Agência Senado

americanas, britânicas ou francesas em três ou quatro meses, ou em um mês na Austrália, no Brasil o prazo médio salta para 10 ou 14 meses. Só depois da aprovação é feita a

convocação de participantes. Isso significa que, mesmo com o envolvimento de relevantes entidades de diversos países, o Brasil fica fora da participação em importantes iniciativas científicas na área da saúde — afirmou a senadora.

## Informações nutricionais em restaurante

Restaurantes, lanchonetes e similares poderão ser obrigados a disponibilizar aos clientes as informações nutricionais dos pratos servidos no estabelecimento. A medida consta de projeto aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O autor da proposta (PLS 489/2011), Antonio Carlos

Valadares (PSB-SE), quer ajudar o consumidor a fazer escolhas saudáveis nas refeições fora de casa, como forma de evitar o sobrepeso e doenças como hipertensão e diabetes. “Atraídos pelo paladar, pela praticidade e pelo preço, muitos brasileiros baseiam a sua dieta em comidas rápidas, caracterizadas por alta densidade energética, abundância

de gordura e carboidratos e escassez de fibras, vitaminas e minerais”, observa o senador.

As informações nutricionais poderão constar de embalagens de produtos ou, caso não sejam embalados, de cartazes, cardápios, tabelas ou fôlderes. Poderão, ainda, ser disponibilizadas na internet.

O relator na CMA, Eduardo Braga (PMDB-AM), apoia a iniciativa, mas considera que ela deve ser acompanhada de campanhas públicas de educação alimentar. Ele apresentou emenda para determinar que a forma de apresentação e a abrangência das informações nutricionais serão estabelecidas em regulamento pela autoridade sanitária competente.

A matéria segue para deliberação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Paim cobra contratação de trabalhadores com deficiência

As empresas com mais de 100 trabalhadores que querem substituir o cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência pelo patrocínio a atletas paraolímpicos foram criticadas por Paulo Paim (PT-RS). Pela lei de cotas, de 2% a 5% do quadro de trabalhadores dessas empresas deve ser composto por pessoas com deficiência.

Há empresários, disse o senador, que alegam não cumprir a lei porque as pessoas com deficiência não têm a qualificação necessária. Paim espera que a Câmara dos Deputados vote projeto (PLS 621/2011) já aprovado pelo Senado que reserva, para



José Cruz/Agência Senado

pessoas com deficiência, 10% das vagas dos cursos de qualificação que sejam patrocinados com dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

— Na cidade gaúcha de Caxias do Sul, temos metalúrgicas que, além de cumprirem a lei, oferecem cursos de qualificação dentro das próprias empresas. Algumas metalúrgicas de Osasco [SP], segundo o blog I.Social, até ultrapassam a porcentagem exigida pela lei. Em 2012, de cada cinco empresas que cumpriam a lei, uma resistia ao cumprimento. Já em 2013, a resistência é de 1 para 13 empresas — relatou Paulo Paim.



Randolfe Rodrigues conversa com Eduardo Amorim, que presidiu sessão da CMA

# Crianças poderão ser foco dos recursos do petróleo

Proposta específica a educação básica e a saúde infantil como beneficiárias de parte dos recursos do Fundo Social do pré-sal. Projeto ainda será analisado por mais duas comissões temáticas do Senado

PROJETO QUE BENEFICIA a saúde infantil e a educação básica pública com recursos da exploração do petróleo e do gás do pré-sal (PLS 280/2013) foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) e segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e depois para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebe decisão final.

Atualmente a lei já direciona verbas para a educação e a saúde pública, de forma geral, mas a proposta dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) canaliza parte dos recursos do Fundo Social, instituído pela Lei 12.351/2010, especificamente para a educação básica e a saúde pública infantil. Além disso, destina para o fundo a totalidade dos recursos arrecadados com os bônus de assina-



Pedro Franco/Agência Senado

Proposta em análise direciona recursos especificamente para a educação básica

tura (espécie de taxa cobrada pelo governo para autorizar o consórcio vencedor do leilão a operar no pré-sal).

Segundo o relator do PLS 280/2013, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), a medida é oportuna para reforçar a proposta do Plano Nacional de Educação, que tem a meta de aumentar o investimento público do país em educação

para 10% do produto interno bruto no próximo decênio.

— O retorno do investimento em educação é muito maior do que o de aplicações no mercado financeiro. Assim, não vislumbramos melhor emprego para os bônus de assinatura dos leilões de contratos de partilha que não a sua imediata aplicação na educação básica — avaliou Cyro.

## Avança incentivo para capacitar jovens em risco social

Empresas que contribuírem para o treinamento e a capacitação de jovens que vivem em abrigos ou casas de reabilitação podem ser beneficiadas com desconto de até 5% do Imposto de Renda devido. O estímulo é previsto em projeto (PLS 305/2012) de autoria do senador Gim (PTB-DF). A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Educação (CE) e segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Caso o jovem seja contratado após a conclusão do curso ou treinamento, a empresa também ficará isenta da

contribuição para o INSS por até um ano.

O projeto estabelece uma série de condições, como duração mínima de 3 e máxima de 18 meses, carga horária semanal mínima de 12 e máxima de 20 horas, além de controle de frequência, avaliação de aprendizagem e acompanhamento profissional.

Na justificativa, Gim destaca o desafio da empregabilidade para a sociedade, para a economia e para o Estado. Segundo ele, o jovem precisa estar capacitado para obter e manter o emprego. A seu ver, aqueles

que não podem contar com o suporte familiar para conquistar esse “privilegio” necessitam do apoio de política específica do poder público.

O relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), afirmou que a obtenção de um emprego e a relativa estabilidade nos postos conquistados são fatores relevantes de promoção pessoal e de bem-estar social. Assim, entende que as políticas públicas devem adotar medidas que favoreçam a empregabilidade, inclusive com foco nos jovens carentes e em situação de risco.



Pedro Franco/Agência Senado

Autor do projeto, Gim diz que jovens precisam de suporte do poder público e recebe apoio do relator, Claudino



Gerardo Mangel/Agência Senado

## Projeto cria Semana de Educação Ambiental nas escolas

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto (PLC 15/2009) que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental e médio e nas instituições de ensino superior. O objetivo é estimular ações voltadas à popularização da educação ambiental. A matéria será examinada agora pelo Plenário.

De acordo com o texto aprovado, a Semana de Educação Ambiental deverá ser promovida anualmente na primeira quinzena do mês de junho e contar com atividades desenvolvidas em todos os componentes curriculares. O autor, o ex-deputado Mauricio Rands, escolheu esse período para que as atividades se

realizem em torno do dia 5 de junho — Dia Mundial do Meio Ambiente.

O relator na CE, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), apoiou a iniciativa e acatou emenda apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que propôs estender a Semana de Educação Ambiental também para as universidades.

## Presidente da Comissão de Educação quer limpar pauta na próxima terça

A impossibilidade de votar projetos que exigem um quórum maior de senadores por terem decisão terminativa levou o presidente da Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), a fazer um apelo aos senadores que integram o colegiado para que compareçam à próxima reunião, marcada para terça-feira.

Entre os projetos terminativos na pauta de ontem que não tiveram quórum para a deliberação, estava o PLS 284/2012. A proposta exige período de residência pedagógica como parte obrigatória da formação dos professores da educação básica.

— Temos a promessa e eu vou intensificar e peço que terça-feira nós possamos limpar essa pauta. Estou ligando para cada senador desta comissão — disse Cyro Miranda.

Outro projeto que aguarda definição do colegiado é o PLS 224/2012, que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas federais a colaborarem com estabelecimentos públicos de educação básica. Pela proposta, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os bolsistas deverão dedicar pelos menos quatro horas semanais a esses estabelecimentos.

## Professores podem parar em todo o país, alerta Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) advertiu o governo federal, em pronunciamento no Plenário ontem, sobre a possibilidade de os professores fazerem uma paralisação nacional para exigir o cumprimento da lei do reajuste do piso nacional do magistério.

Segundo o parlamentar, a lei do reajuste do piso garante, para 2014, aumento de 19% em relação a 2013, mas o governo fixou o reajuste em apenas 8,3%.

Com isso, explicou ele, o piso salarial dos professores, que deveria ir para R\$ 1.864, ficou em apenas R\$ 1.697.

— Uma greve de professor é grave em qualquer município, mas uma greve de professor nacional é de uma gravidade imprevisível. Imprevisível. São 2 milhões de trabalhadores. Não deixemos que aconteça uma greve nacional de professores das nossas crianças — alertou.



Pedro Franco/Agência Senado

Cristovam lembra que só quatro estados e o DF pagam o piso devido

## Proposta inclui adicional por tempo de serviço na CLT

O direito do trabalhador de menor renda ao adicional por tempo de serviço poderá ser incluído na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É o que determina o projeto (PLS 63/2012), do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que poderá ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a proposta, após cada período de três anos de vigência do contrato de trabalho, o empregado que recebe salário básico mensal igual ou inferior a dois salários mínimos terá direito a adicional por tempo de serviço, em valor correspondente a 5% do salário básico dele, até o máximo de 50%.

Segundo Valadares, o intuito do projeto é criar um direito de natureza trabalhista salarial — e não assistencial — em favor daqueles indivíduos que conseguem ter uma inclusão no sistema formal de trabalho para que possam garantir o próprio progresso e desenvolvimento

pessoal e familiar.

Na opinião do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), o estímulo remuneratório que se oferece com o projeto possibilita ao empregador reter mão de obra, pois se optar por mudar de emprego, o empregado perderia uma parte do salário, ainda que mínima.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE), porém, apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Ele teme que a proposta incentive a substituição de funcionários antigos por outros de experiência reduzida.



Alessandro Dantas/Agência Senado

Valadares espera garantir o progresso pessoal dos assalariados

# Mudanças na maioria penal voltam ao debate

Caso de menor que cometeu homicídio na véspera de completar 18 anos reacendeu as discussões sobre mudanças na maioria penal. Proposta de emenda constitucional deve ser apreciada pelo Plenário até abril

O RECENTE ASSASSINATO de uma adolescente de 14 anos em Brasília pelo namorado prestes a completar 18 anos levou senadores a voltar a defender, em Plenário, mudanças na maioria penal. Mais cedo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia recebido a visita de Joselito Dias e Rosemari Dias, pais da jovem morta, Yorrally Ferreira Dias. O assassino filmou o crime e divulgou o vídeo entre amigos por meio de um aplicativo de troca de mensagens.

A principal proposta de mudança na maioria é a PEC 33/2012, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que abre a possibilidade de a Justiça aplicar a adolescentes de 16 a 18 anos envolvidos em crimes como homicídio qualificado, extorsão mediante sequestro e estupro penas impostas hoje somente a adultos. A PEC foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas vai a votação em Plenário, depois de apresentação de recurso.

Ao pedir a aprovação da PEC 33, Aloysio explicou que a proposta mantém a regra da maioria aos 18 anos,

mas abre uma exceção que contempla os casos de crimes hediondos. Ele disse que, pelo texto, o promotor que atua na Vara da Criança e do Adolescente perante a qual esteja sendo apurado ato infracional pode pedir a exceção para que o menor seja julgado como adulto.

— Assim, o juiz, depois de uma apuração criteriosa, poderá chegar à conclusão de que aquele adolescente que cometeu crime hediondo poderá ser submetido à lei penal, e não ao ECA — argumentou o senador.

Para o senador Magno Malta (PR-ES), a proposta de Aloysio é um gesto positivo, pois é a uma resposta a uma sociedade que sofre, que se angustia e que “agoniza de dor e de lágrimas”. Ele criticou o governo, que teria “mandado derrubar” a PEC, e lamentou o crime que tirou a vida de Yorrally.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que relatou sete projetos relativos à maioria penal na CCJ, apontou um diferencial no texto de Aloysio. Para ele, o projeto foi o único a propor uma “uma saída razoável e

equilibrada” para uma questão em que as opiniões tendem a se radicalizar.

Para Ferraço, o Senado não pode ter medo de enfrentar temas polêmicos. O senador alertou para o risco de que, na falta de uma decisão no Congresso, o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha de se pronunciar.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que está refletindo a respeito de uma possível modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Suplicy, há um diálogo importante, construtivo e respeitoso, em torno da proposta de Aloysio.

Renan Calheiros afirmou que vai conversar com os líderes partidários para definir um momento adequado para a apreciação do requerimento para votar a matéria. O presidente do Senado reconheceu que o assunto “é complexo”, mas disse acreditar que até abril a PEC seja apreciada no Plenário.

— Será a oportunidade para que cada um vote da maneira que entender como deve votar. Democracia é isso — disse.



Renan Calheiros recebe o pai e a mãe da jovem assassinada Yorrally Ferreira

## Pais de adolescente assassinada em Brasília pedem apoio à PEC 33

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita de Joselito Dias e Rosemari Dias, pais de Yorrally Ferreira Dias, de 14 anos, assassinada na semana passada pelo ex-namorado. O crime ocorreu na região do Gama, cidade-satélite de Brasília, um dia antes de o assassino completar 18 anos.

Os pais da adolescente pediram a Renan apoio para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012. O texto abre a possibilidade de a Justiça aplicar a adolescentes de 16 a 18 anos envolvidos em crimes como homicídio qualificado, extorsão mediante sequestro e estupro penas impostas hoje somente a adultos.

O encontro foi marcado por muita emoção. Joselito e Rosemari contaram que estão em vigília em frente ao Palácio do Planalto, esperando uma oportunidade para falar com a presidente da República, Dilma Rousseff. A mãe da jovem disse que espera contar com a sensibilidade de “mulher e de mãe” da presidente no combate à violência e acrescentou que sua família tem sofrido

do muito, pois “tudo na casa lembra Yorrally”.

— Eu não sei falar bonito, eu não quero aparecer na televisão. Eu só quero justiça. Menor tem que arcar com seus atos — pediu Rosemari, que chegou a desmaiar logo após falar com a imprensa.

Renan informou que vai pedir a Dilma que receba os pais de Yorrally.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor da PEC 33/2012, acompanhou a visita e classificou o encontro como um momento “extremamente dramático”. Ele contou que o assassino vendeu um aparelho de som e uma bicicleta às pressas para poder comprar um revólver e cometer o crime antes de completar 18 anos, confiando no fato de não poder ser julgado como adulto.

Segundo o senador, o assassino foi preso horas antes de completar a maioria e “o máximo que poderá acontecer é ficar três anos em um estabelecimento socioeducativo”.

— E, quando ele sair de lá, vai ser com a ficha limpa — lamentou.



Aloysio Nunes (ao microfone) explica que sua proposta mantém a regra dos 18 anos, mas permite exceções criteriosas

## Senado aprova indicações para ministros de tribunais superiores

Foram aprovadas ontem pelo Senado três indicações a tribunais superiores. Néfi Cordeiro, Douglas Alencar Rodrigues e José Barroso Filho ocuparão vagas de ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Superior Tribunal Militar (STM), respectivamente.

Os três magistrados já haviam sido sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e as indicações foram analisadas em regime de urgência pelo Plenário, conforme requerimento aprovado na comissão.

Néfi Cordeiro foi indicado ao STJ na vaga destinada a membros de tribunais regionais federais. A vaga é decorrente da aposentadoria do ministro José de Castro Meira. O indicado ao TST, Douglas Alencar Rodrigues, ocupará a vaga que era do ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista. José Barroso Filho, por sua vez, ocupará a vaga de ministro do Superior Tribunal Militar decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Alberto Marques Soares.

## Comissão pode rejeitar emenda de Plenário à PEC do Trabalho Escravo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode rejeitar hoje emenda de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC 57A/1999) que permite a expropriação de terras onde haja exploração de trabalho escravo. A decisão mantém o parecer do relator, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), aprovado pela CCJ em junho de 2013. A matéria deverá retornar ao Plenário do Senado para se submeter à votação em primeiro turno.

A emenda pretendia resgatar trecho do substitutivo à PEC 57A/1999 aprovado pela Câmara dos Deputados. A intenção era atrelar a classificação de exploração de trabalho escravo à existência de um comando legal expresso. Com isso, a interpretação do conceito não ficaria “ao arbítrio da fiscalização”.

Aloysio resolveu rejeitar a emenda por considerar esse temor infundado. Segundo argumentou, a redação aprovada pela CCJ não só eliminou a previsão de expropriação imediata de terras motivada por trabalho escravo, como também condicionou a imposição da pena a seu proprietário à regulamentação da prática por lei específica.

## Projeto permite que bancas de feira sejam transferidas para herdeiros

Os donos de equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de jornais podem ganhar o direito de transmitir a seus parentes a utilização da área pública no caso de morte ou enfermidade. O projeto (PLS 137/2013), de autoria do senador Gim (PTB-DF), tem parecer favorável do relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e pode entrar na pauta de hoje reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta constou da pauta da CCJ da última quarta-feira, mas a votação foi adiada a pedido do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para que houvesse mais tempo para análise do relatório.

A proposta assegura a transferência, a pedido, da utilização privada de área pública por pequenos equipamentos urbanos ao cônjuge ou companheiro e a parentes. A transmissão acontece no caso de o titular morrer ou adoecer de forma que não consiga gerir seus próprios atos. Vital do Rêgo lembrou que a proposta tem a mesma lógica da Lei 12.865/2013, que deu direito semelhante aos familiares de taxistas.



# Convivência entre presos e seus filhos é direito garantido

Projeto de iniciativa do Executivo foi aprovado pelo Senado e vai à sanção presidencial. Segundo relator, proposta garantirá que se criem condições para o exercício de um direito que já é previsto em lei

O SENADO APROVOU ontem projeto que busca assegurar a convivência familiar — por meio de visitas periódicas — a filho cujo pai ou mãe esteja preso. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 58/2013, de iniciativa do Executivo, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) para garantir esse direito. O texto segue para sanção presidencial.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), explicou que o objetivo do texto é garantir na prática direitos que já estão assegurados nas leis. Para ele, embora já exista a previsão legal da preservação da convivência familiar, as condições objetivas dos presídios não são favoráveis.

— Com esse projeto, nós passamos a garantir que essas condições sejam oferecidas. A manutenção do vínculo familiar é fundamental para o processo de ressocialização das pessoas condenadas por qualquer tipo de crime — afirmou.

Já o senador Eduardo Su-



Relator da proposta aprovada ontem, Humberto Costa conversa com Pedro Taques

plicy (PT-SP), relator do texto na Comissão de Direitos Humanos (CDH), destacou o mérito do projeto para a manutenção do vínculo e dos laços afetivos entre filhos e pais condenados.

— É imprescindível reconhecer a importância, para crianças e adolescentes, do convívio com seus pais e mães — afirmou.

## Outras mudanças

O texto também estabelece que a condenação criminal não implica automaticamente a destituição do poder

familiar. Essa situação só aconteceria em caso de crime doloso praticado contra o próprio filho e punível com reclusão.

Ainda na hipótese de destituição do poder familiar, a proposta exige que a citação do pai preso ou da mãe presa seja pessoal. Nesse momento, o oficial de justiça deverá dar ao preso a possibilidade de nomeação de um defensor para representá-lo no processo. Por fim, garante que o pai ou mãe privado de liberdade seja ouvido pessoalmente pelo juiz.

# Senadores querem votar PECs sobre procuradores

A advocacia pública municipal e a incorporação dos procuradores de autarquias e fundações aos quadros de procuradorias estaduais foram debatidas ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os senadores buscavam explicações técnicas sobre duas propostas de emenda à Constituição (PECs) e alguns já disseram ser possível votar.

A PEC 17/2012, que estabelece concurso público para procurador de município, foi apoiada por todos os debatedores — embora haja a ressalva dos custos da remuneração para cidades menores.

A polêmica ficou por conta da PEC 39/2012, que modifica o artigo 132 da Constituição para incluir procuradores e advogados públicos de autarquias e fundações públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios no grupo dos procuradores estaduais, numa mesma carreira. Todos integrariam o sistema jurídico da advocacia pública das unidades federadas.

O ex-senador Sérgio Souza, autor da PEC, disse que há uma “disputa de carreiras” — de um lado, procuradores estaduais; de outro, procuradores de autarquias e fundações.

— Tem de haver uma união para que a população saia ganhando — disse Souza.

Os procuradores estaduais são contrários à PEC porque, segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF, Marcelo Terto, a unificação desrespeita a finalidade do concurso público de cada área. Já Paulo Basso, procurador-geral-adjunto do Rio Grande do Sul, disse que a medida seria inconstitucional e manteria procuradores autárquicos com os salários equiparados aos dos procuradores de estados:

— Não consigo identificar evolução em favor da sociedade nem do zelo com o erário. É mero interesse corporativo.

O diretor-presidente da Associação Brasileira de Advoga-

dos Públicos, Marcos Vitorio Stamm, negou que haja corporativismo. Segundo Stamm, o Supremo Tribunal Federal recentemente reconheceu que o artigo 132 da Constituição é amplo para toda a advocacia pública, inclusive procuradores autárquicos. E disse que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) concorda.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que pediu a audiência pública, a questão já pode ser votada novamente.

## Concursos

No debate sobre a PEC 17/2012, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Antônio Guilherme Oliveira, defendeu os concursos como forma de fortalecimento e moralização

da advocacia em favor dos municípios.

— Isso é muito mais que uma luta corporativa. Os municípios não podem prescindir de uma assessoria isenta, feita por meio de concurso público.

Oliveira disse que a PEC é rejeitada pela Confederação Nacional de Municípios, que reúne prefeitos e não estaria de acordo com o pagamento dos procuradores municipais.

A PEC já havia sido aprovada na CCJ, mas no Plenário ganhou emenda que restringiu o concurso para cidades de, pelo menos, 100 mil habitantes. O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), pediu reexame na CCJ.

Para Oliveira, falta isenção política aos escritórios particulares de advocacia e há casos de fraudes em licitações. Paulo Paim (PT-RS) concordou:

— Um município que não consegue pagar seu principal defensor não tem razão de existir. Em cada município, pelo menos um procurador teria de ser concursado.

Inácio argumentou ainda que a PEC deveria ser aprovada porque dos mais de 5.500 municípios do país, apenas cerca de 70 têm procuradorias, 26 delas nas capitais dos estados.



Marcelo Terto, Antônio Oliveira, Vital do Rêgo, Sérgio Souza e Marcos Stamm

# Aprovada criação de oito cargos no TRT de Mato Grosso do Sul

Os senadores aprovaram ontem projeto do Tribunal Superior do Trabalho que cria oito cargos efetivos no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande (MS). Os cargos são de analista judiciário, especialidade tecnologia da informação. O voto do relator, senador Pedro Taques (PDT-MS), foi favorável à aprovação da matéria (PLC 96/2013).

A criação dos cargos foi

justificada pelo TST pela necessidade de padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Além disso, o TST alegou escassez de servidores na área de tecnologia da informação (TI) para dar suporte técnico à implantação do processo judicial eletrônico. O projeto segue para sanção presidencial.

# Renan recebe desembargadores de tribunais do Trabalho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem um grupo de desembargadores de tribunais regionais do Trabalho. Eles vieram pedir apoio para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2010, que quer tornar explícito que o Tribunal Superior do Trabalho é órgão do Poder Judiciário.

O desembargador Ilson Alves Pequeno Junior entregou a Renan um documento com as considerações sobre a importância de aprovar a PEC.

— Temos um quadro de apoio para essa proposta e vou colocá-la na pauta com muita satisfação — afirmou Renan.

# Defensores públicos pedem aprovação do reforço a defensorias

Representantes dos defensores públicos pediram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, apoio para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 247/2013, que fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal tenham defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais. A proposta foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados em 12 de março.

Renan explicou que o projeto agora vai ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e só depois poderá ser votado em Plenário.

# Mozarildo volta a defender carreira para juízes eleitorais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a aprovação de sua proposta de emenda à Constituição que cria quadro próprio de magistrados para a Justiça Eleitoral (PEC 64/2012). Atualmente, são os juízes da Justiça estadual, em sistema de rodízio, que exercem a função de juízes eleitorais.

Para o senador, o sistema vigente estimularia a corrupção durante o processo eleitoral e sobrecarregaria os magistrados e a própria Justiça Eleitoral. Mozarildo disse ainda que a criação de um quadro próprio vai profissionalizar esse ramo do Poder Judiciário.

— Vamos profissionalizar de fato a Justiça Eleitoral, como é a Justiça do Trabalho, que tem uma carreira profissional, entra-se por concurso. No entanto, a Justiça Eleitoral, que tem a ver com a democracia, que tem a ver com a qualidade do voto, essa não é permanente.

# Mulheres brasileiras continuam em desvantagem no mercado de trabalho

Visão de tarefas domésticas como atividade feminina prejudica acesso a emprego, segundo pesquisa apresentada ontem em audiência

MAIOR TAXA DE desocupação, vínculos trabalhistas mais precários, presença menos frequente em cargos de chefia e menor remuneração. Apesar de a situação ter melhorado nos últimos anos, esses ainda são desafios das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, segundo a coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Natália de Oliveira Fontoura.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, ela disse que o fato de as tarefas domésticas serem vistas como atividades femininas se reflete na inserção da mulher no mercado.

— A visão da trabalhadora como mãe, filha ou esposa e com responsabilidades familiares se contrapõe a uma visão de que o trabalhador ideal ainda é um homem, totalmente disponível para o trabalho, o que reforça a situação desigual entre os gêneros — afirmou.

Em 2011, segundo Natália, 37,2% das mulheres que trabalham há dez anos ou mais estavam em posições precárias (sem carteira, em trabalho

doméstico sem remuneração ou na produção para o próprio consumo). Entre os homens, o índice era de 24,4%.

A especialista pregou a desconstrução do modelo de trabalhador ideal e defendeu a importância do equilíbrio entre família, trabalho e vida social.

— É necessária uma grande mudança cultural, mas é possível adotar políticas públicas para transformar tal realidade.

A presidente da CDH, Ana

Rita (PT-ES), citou ações legislativas adotadas pelo Congresso — entre elas, o PLS 298/2013, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e a Emenda Constitucional 72, que garantiu uma série de direitos aos trabalhadores domésticos.

— Só a CPI da Violência contra a Mulher resultou na elaboração de 13 projetos e, com o esforço das bancadas

femininas no Senado e na Câmara dos Deputados, pretendemos aprová-los nesta legislatura — afirmou.

Também participou da audiência a secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres da Presidência da República, Tatau Godinho.

Apresentações da audiência:  
• <http://bit.ly/NataliaFontoura>  
• <http://bit.ly/ClaudiaAraujo>



Ana Rita (3ª à esq.) conduz o debate na Comissão de Direitos Humanos com Cláudia Araújo, Tatau Godinho e Natália Fontoura

## Ministra destaca ações para igualar condições

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, disse na audiência que mais de 90 empresas aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que chega este ano à quinta edição e busca combater a discriminação e aumentar a autonomia econômica e social das mulheres. Segundo Menicucci, os resultados estão se refletindo no cotidiano das mulheres, com a “quebra do preconceito de gênero sexual e racial no mercado de trabalho”.

— Isso leva a um exemplar modelo de combate ao assédio moral e sexual no âmbito das empresas — afirmou.

Durante a exposição, a ministra enumerou uma série de

políticas públicas adotadas pelo governo para o sexo feminino. Também contou que tem feito uma cruzada para que estados e municípios brasileiros criem órgãos e secretarias especializadas com pessoal e recursos próprios.

— Entre secretarias, conselhos e superintendências, em 10 anos conseguimos saltar de 13 para 603 organismos. Nossa meta é chegar a mil até o fim de 2014 — informou.

Outro desafio, segundo Menicucci, é diminuir o índice de morte materna no Brasil até 2016 — de 61 mortes por 100 mil nascidos vivos para 35 por 100 mil.

Ela garantiu que o Brasil não está omissa em relação a esse

problema. A assessora técnica do Ministério da Saúde Cláudia Araújo complementou que, para isso, será preciso investir na ampliação do acesso ao pré-natal e na melhoria da qualidade dos serviços de

saúde, bem como de assistência ao parto.

— Hipertensão, hemorragias, infecção puerperal e aborto são as maiores causas de morte materna — disse Cláudia.



Eleonora pretende que estados e municípios criem secretarias especializadas



Ministro Marco Aurélio, presidente do TSE, participará da solenidade

## TSE lança em Plenário a campanha Mais Mulheres na Política

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, lança hoje, às 12h, no Plenário do Senado, campanha institucional que estimula maior participação da mulher na política.

Sob o slogan “Faça parte da política” e a hashtag “#vempraurna”, a campanha pretende estimular mulheres a buscar no espaço público meios para que as decisões sejam mais igualitárias e as tomadas de decisões não continuem predominantemente masculinas.

Fruto de emenda ao projeto da minirreforma eleitoral aprovado no Congresso Nacional em dezembro passado (Lei 12.891/2013), a campanha ficará no ar até junho deste ano.

Autora da emenda, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher no Senado, lembra a importância do cumprimento, pelos partidos, da lei que garante ao menos 30% das candidaturas de cada sexo.

— O TSE tem um papel importantíssimo na campanha de uma política igualitária. A lei de cotas precisa ser cumprida, mas não é só isso: a população deve estar atenta às práticas dos partidos — afirma.

A sessão solene do Congresso contará com presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

Leia o Especial Cidadania sobre o assunto: [bit.ly/cidadania463](http://bit.ly/cidadania463)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Está acabando o prazo para que os municípios eliminem os lixões, como o Lixão da Estrutural, em Brasília, e a suspeita é de que eles não serão erradicados em 2014

## Subcomissão debate hoje Política Nacional de Resíduos Sólidos

Especialistas irão subsidiar avaliação das ações de estados e municípios previstas na Lei 12.305/2010 para acabar com os lixões

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Resíduos Sólidos promove hoje, a partir das 8h30, audiência pública com o objetivo de debater o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A reunião ocorrerá na sala 6 da Ala Nilo Coelho do Senado. Requerida pelo presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), a audiência é a primeira dentro do plano de trabalho aprovado no início de fevereiro pelo colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Foram convidados para o debate o técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Albino Rodrigues Alvarez; o diretor-presidente

da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Diógenes Del Bel; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Carlos Roberto Vieira da Silva Filho; e o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

Ney Maranhão. Também deve participar um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos foi criada para fazer o levantamento das ações já implementadas nos municípios para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/2010.

Entre outros pontos, essa lei determina a elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, prevendo a eliminação dos chamados lixões até agosto de 2014 (segundo dados do IBGE, em 2008 existiam no Brasil 2.906 lixões) e a implantação de medidas para a coleta seletiva e a adoção de sistemas de logística reversa, pela qual se viabilizam a coleta e a restituição dos resíduos sólidos aos fabricantes ou distribuidores.

Qualquer cidadão pode participar da audiência pública por meio do Portal e-Cidadania, pelo Facebook, Twitter (*hashtags* #CMASenado e #PNRS) e Alô Senado (0800 612211).

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ <b>Tempo real (e-Cidadania):</b> <a href="http://bit.ly/residuosSolidosEC">http://bit.ly/residuosSolidosEC</a>	▶ <b>Tempo real (Alô Senado):</b> <a href="http://bit.ly/residuosSolidosAS">http://bit.ly/residuosSolidosAS</a>
▶ <b>Portal e-Cidadania:</b> <a href="http://www.senado.leg.br/ecidadania">www.senado.leg.br/ecidadania</a>	▶ <b>Alô Senado:</b> <a href="http://www.senado.leg.br/alosenado">www.senado.leg.br/alosenado</a>
▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF	▶ <b>Facebook:</b> alosenado
▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania #CMASenado #PNRS	▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania
▶ <b>TV:</b> <a href="http://www.senado.leg.br/TV">www.senado.leg.br/TV</a>	▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211
▶ <b>Taquigrafia:</b> <a href="http://bit.ly/notasResiduosSolidos">http://bit.ly/notasResiduosSolidos</a>	

## Marcelo Crivella faz balanço de sua atuação no governo

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou um balanço do trabalho que desenvolveu no Ministério da Pesca e Aquicultura durante o período em que comandou a pasta, de fevereiro de 2012 a março de 2014.

De acordo com o parlamentar, a produção de pescado, que era de 1,4 milhão de toneladas em 2011, saltou para 2,4 milhões de toneladas em 2013, principalmente devido à política de crédito implementada pela presidente Dilma Rousseff por meio do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, que destinou ao setor recursos da ordem de R\$ 4 bilhões.

Crivella apontou também como medidas importantes para o crescimento da produção pesqueira no país a inclusão do pescado na cesta básica e a simplificação do licenciamento ambiental para a implantação de novas unidades de criação, além da desoneração do setor. Para Crivella, o Brasil poderá chegar ao posto de terceiro maior produtor do mundo.



Segundo Crivella, o volume pescado quase dobrou em dois anos

## Relatório sobre Código do Consumidor será apresentado hoje

A Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) reúne-se hoje, às 14h, para votar o relatório final. Criada em agosto de 2012, a comissão é presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e tem Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como relator. Para a atualização do CDC (Lei 8.078/1990), os senadores estudaram três projetos (PLS 281, 282 e 283 de 2012), apresentados pela comissão especial de juristas que analisou o tema.

O relatório já foi apresentado no final do ano passado, mas, segundo o relator, foram necessários ajustes. Ferraço ressalta, porém, que não há mudanças na essência da proposta e que o texto “manteve as preocupações em relação às adequações para enfrentar os problemas contemporâneos”.

O senador prevê que, na reunião de hoje, deve haver pedido de vista coletivo, mas reafirma que sua expectativa é concluir os trabalhos até o



Loja de eletrodomésticos em Brasília: após mais de 20 anos de vigência, texto passará a considerar comércio eletrônico

fim de março, prazo final da comissão. Ferraço lembra que no ano passado foram realizadas muitas audiências públicas sobre o tema.

— Esse relatório não é da minha lavra. Foi construído de forma coletiva — enfatiza.

Segundo Ferraço, quando o CDC foi publicado, há mais de 20 anos, o comércio eletrônico era “irrelevante” e hoje é uma ferramenta cada vez mais utilizada. Assim, argumenta,

é preciso que se estabeleçam limites, deveres e responsabilidades na compra e na venda de produtos e serviços ofertados pela internet.

### Principais pontos

Ferraço destaca o comércio eletrônico, as ações coletivas, a questão do superendividamento e o fortalecimento dos Procons — órgãos que, por meio de conciliação, resolvem questões entre consumidores

e fornecedores de produtos e serviços — como os pontos principais de seu relatório.

O PLS 281/2012 cria uma nova seção no CDC para tratar de comércio eletrônico. As novas regras tratam da divulgação dos dados do fornecedor; da proibição de spams; do direito de arrependimento da compra, ampliado de 7 para 14 dias; e das penas para práticas abusivas.

O PLS 283/2012 trata do cré-

dito ao consumidor e previne o superendividamento. Entre as medidas propostas no texto, estão a proibição de publicidade com referência a expressões como “crédito gratuito”, “sem juros”, “sem acréscimo”; a exigência de informações claras e completas sobre o serviço ou produto oferecido; a criação da figura do “assédio de consumo”, quando há pressão para a contratação de crédito; e a criação da “conciliação”, para estimular a renegociação de dívidas.

Já o PLS 282/2012 disciplina as ações coletivas. A proposta assegura a agilidade do andamento na Justiça e prioridade para o julgamento. Também garante eficácia nacional para a decisão dos casos que tiverem alcance em todo o território brasileiro. O novo texto ainda deve regulamentar o consumo sustentável, obrigando as empresas a fornecerem informações sobre o impacto ambiental dos produtos e o correto descarte deles após a vida útil.

# Filho de Jango quer obter documentos sobre o golpe

Em visita ao Senado, João Vicente Goulart pediu ajuda para que o Brasil consiga com autoridades dos Estados Unidos acesso a documentos que poderiam esclarecer fatos relacionados ao golpe de 1964

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita de João Vicente Goulart, filho do ex-presidente da República João Goulart (1919-1976). A visita foi acompanhada pela presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senadora Ana Rita (PT-ES), e por outros membros da comissão.

João Vicente pediu a Renan a ajuda do Senado para que a Comissão Nacional da Verdade consiga com autoridades dos Estados Unidos o acesso a documentos que poderiam esclarecer fatos relacionados ao golpe militar de 1964. Ele lembrou que a lei americana estabelece 50 anos de segredo para boa parte dos documentos considerados sigilosos.

Segundo João Vicente, esses documentos — que estão em posse do Departamento de Estado e de bibliotecas do governo americano — poderiam revelar, por exemplo, qual foi a participação de agentes do governo dos Estados Unidos no golpe militar brasileiro.

O filho de Jango explicou que alguns documentos já foram liberados, mas ressaltou que o apoio do Senado pode acelerar a liberação de outros. Ele fez questão de afirmar que o golpe foi dado “contra e não a favor da democracia brasileira”.

— Existem documentos que podem esclarecer o porquê do



João Vicente Goulart destaca importância de esclarecer a história

golpe de estado. É importante para o Brasil e para a democracia brasileira — disse.

## Monitoramento

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a CDH e a Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça vão ajudar no pedido de informação ao governo americano. De acordo com o senador, os documentos já obtidos pelo filho de João Goulart são “prova incontestável” de que o ex-presidente foi monitorado pelo governo brasileiro desde o dia em que foi deposto. A família do ex-presidente também teria sido monitorada durante o exílio.

Na opinião de Randolfe, os documentos também provariam que existiu uma operação internacional de ditaduras

latino-americanas com o objetivo de aniquilar os opositores.

— Há indícios de que existem outros documentos desse tipo que estão de posse do Congresso e do Departamento de Estado americanos — declarou Randolfe, acrescentando que uma comissão de senadores vai buscar acesso aos documentos de posse do governo dos Estados Unidos.

A presidente da CDH, senadora Ana Rita, confirmou que o Senado vai pedir agilidade ao governo americano na liberação dos documentos. Renan deve entrar em contato com o presidente do Senado dos Estados Unidos para discutir o assunto. Para a senadora, os documentos poderão ajudar a Comissão Nacional da Verdade no esclarecimento de situações do período militar.

## Sessão especial

O Senado fará uma sessão especial no dia 31 de março para lembrar os 50 anos do golpe militar de 1964, que tirou o mandato do presidente João Goulart e, mais tarde, resultou no fechamento do Congresso. João Vicente disse que a data ideal para a sessão seria o dia 1º de abril, quando, em 1964, o Congresso legitimou o poder na mão dos militares, mesmo com a presença do presidente João Goulart em território brasileiro, caracterizando assim o golpe de estado.

## Senado celebra 50 anos do Comício das Reformas, de Jango

O Plenário aprovou ontem requerimento para a comemoração do cinquentenário do Comício das Reformas, organizado pelo presidente João Goulart, o Jango, em 13 de março de 1964. De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do requerimento pela sessão comemorativa, no dia 4 de abril o Senado deverá lembrar as principais bandeiras de Jango e a importância das reformas de base naquele contexto.

O comício mobilizou 200 mil pessoas na Central do Brasil, centro do Rio de Janeiro, em apoio às reformas

de base — agrária, bancária, eleitoral, administrativa e universitária.

Naquela ocasião, Jango mostrou disposição de levar adiante suas propostas e anunciou que desapropriaria as terras improdutivas próximas a rodovias, ferrovias e açudes feitos com recursos federais. Para evitar a especulação fundiária, aumentaria a produção de alimentos e facilitaria o escoamento.

Além disso, afirmou que as refinarias particulares passariam ao controle da Petrobras. Naquele mesmo mês, o presidente foi deposto pelo golpe militar.

## Exposição mostra horrores das ditaduras latino-americanas

Prisões ilegais, tortura, morte e desaparecimento de pessoas. O terror das ditaduras militares na América Latina, entre 1964 e 1990, e a narrativa dos “anos de chumbo” no Brasil serão tema

oficiais e clandestinos que violaram a democracia e os direitos civis.

A intenção é levar à juventude informações sobre esse período conturbado e sangrento da história latino-

americana, com a divulgação dos rostos de 366 vítimas da ditadura militar no Brasil, acompanhados de som ambiente com os nomes, idade, local e ano

de desaparecimento dessas pessoas. O horário de visitação é das 9h às 17h, inclusive nos fins de semana, no Salão Negro do Congresso Nacional. A entrada é franca. A exposição terminará em 13 de abril.



Mostra de fotos de vítimas da ditadura militar no Brasil

## Ricardo Ferraço assume presidência de comissão mista

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) assume hoje, às 15h, a presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. O colegiado é formado



Mostra de fotos de vítimas da ditadura militar no Brasil

por três deputados federais e por três senadores, entre eles, os presidentes das comissões de Relações Exteriores de cada

uma das Casas. A comissão tem a função de assegurar que as atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência sigam o que determina a Constituição e as normas do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais e do Estado e da sociedade.

## Senado aprova isenção de visto entre Brasil e Seychelles

Brasileiros e seichelenses não precisarão mais de visto para viagens entre os dois países. O Senado aprovou ontem o acordo de isenção de visto entre Brasil e a



Mostra de fotos de vítimas da ditadura militar no Brasil

República de Seychelles, país africano formado por ilhas no Oceano Índico. O acordo foi assinado na capital daquele

país, Victoria, em 2011. A isenção de visto, segundo o texto, vale para viagens de negócios ou turismo, por um período máximo de 90 dias a cada 180 dias, e o visitante não poderá trabalhar no outro país.

O texto agora segue para promulgação.

## Parlasul retoma atividades com duas sessões em abril

Quatro meses depois da eleição da nova Mesa, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) busca retomar o ritmo normal de trabalhos com duas sessões agendadas para o mesmo dia, 7 de abril. A primeira delas será uma sessão especial para a votação de mudanças no Regimento Interno do Parlamento e a segunda, uma sessão ordinária.

A realização das duas sessões foi anunciada depois de uma reunião da Mesa do Parlasul em Montevidéu (Uruguai), na segunda-feira, da qual participaram o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e os deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Newton Lima (PT-SP), presidente da Representação Brasileira. Durante a reunião, representantes de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela chegaram a um acordo em relação à pauta das duas sessões.

— Agora está garantida a



Roberto Requião foi eleito um dos vice-presidentes do Parlasul

volta à normalidade do Parlasul — disse ontem Newton Lima.

Na primeira sessão deste ano, os parlamentares devem aprovar a ampliação — de seis meses para um ano — do tempo do mandato do presidente. Também deverá ser adotada a exigência de um número maior de votos favoráveis para a aprovação de decisões do Parlamento. Isso porque, enquanto Paraguai e Uruguai mantêm bancadas com 18 parlamentares,

Argentina, Brasil e Venezuela passam a ser representados, respectivamente, por 26, 37 e 23 parlamentares. Até o momento, para que se aprove um anteprojeto de norma (sugestão de lei para os países do bloco), por exemplo, é necessário voto favorável de metade mais um dos membros do Parlamento. Caso o Plenário aprove a mudança, serão necessários votos favoráveis de dois terços.

Segundo o Protocolo Constitutivo do Parlasul, apenas parlamentares no exercício de mandato nos próprios países podem ser indicados para integrar o parlamento regional. Paraguai e Uruguai pediram mudanças no Regimento Interno para não perderem espaço no momento em que os países mais populosos passam a ter bancadas maiores. As mudanças devem ser aprovadas nessa primeira sessão de 2014.